



A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS (AS): UMA NECESSIDADE?

Lais Tuliana Martins da Hungria (1); Ruth Benedita Lopes Fernandes do Amaral Passos (2);
Orientadora: Michelle Jaber-Silva (3)

Universidade Federal de Mato Grosso - laishungriam@gmail.com

Introdução

A pedagogia possibilita diversos campos de atuação: pedagogia hospitalar, pedagogia empresarial, educação do campo, educação especial, educação infantil, educação de jovens e adultos, entre outras tantas; caracterizando o (a) pedagogo (a) como um profissional polivalente. Além dos campos de atuação, esse (a) profissional precisa desenvolver sua prática levando em consideração os temas transversais, como por exemplo: a educação ambiental. Com tantas áreas possíveis nem sempre o curso consegue abranger todas elas.

Esse trabalho nasce com essa inquietação. Será que os (as) educadores (as) recém-formados (as), e em processo de formação, estão preparados (as) para desenvolverem práticas pedagógicas críticas e transformadoras no campo da educação ambiental?

Como estudantes de pedagogia, sentimos falta dessa formação mais ampla, um maior contato com as diversas áreas da educação, em especial, com a educação ambiental. Um dos motivos que nos impulsiona a buscar esse engajamento crítico no espaço escolar é o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado de Mato Grosso (MT), centrado no agronegócio, que traz em seu bojo uma carga de impactos e conflitos socioambientais. Dessa maneira, a *práxis* (ação e reflexão) da Educação Ambiental nas escolas nos parece essencial. Mas, será que os cursos de licenciaturas têm se dedicado a oferecer uma Educação Ambiental de forma satisfatória?

Durante o Estágio Supervisionado percebemos que as escolas observadas têm vivenciado uma Educação Ambiental (EA) pouco crítica, trabalhando somente com temática dos resíduos sólidos e reciclagem. Reconhecemos que essa temática é relevante, contudo, ressaltamos que a EA é muito mais do que apenas a reciclagem, ou melhor, reutilização de objetos destinados para o lixo. Entretanto, a vertente transformadora da EA descrita por Loureiro (2004, p. 73) diz que “a finalidade primordial da educação ambiental é revolucionar os indivíduos em suas subjetividades e



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

práticas nas estruturas sociais-naturais existentes”, ou seja, promover no processo educativo a consciência de que somos seres emancipados que fazem parte da vida. E não apenas tratar os problemas ambientais a serem resolvidos com a reciclagem, é preciso ir muito além disso, por exemplo, nas discussões sobre os resíduos sólidos, consideramos mais relevante discutir a sociedade consumista que não se preocupa em reduzir a geração de resíduos. Nessa direção, Sato (2001, p.03) afirma que proliferam na EA ações pontuais de abraçar árvores ou oficinas de reciclagem de papel, sem nenhuma postura crítica dos modelos de consumo vivenciados pelas sociedades, ou no questionamento do modo de relação dominadora do ser humano sobre a natureza, centrado alto valor antropocêntrico.

Diante desse contexto, buscamos desenvolver uma pesquisa, em âmbito local, com objetivo central de verificar como a EA está inserida no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Mato Grosso, campus Cuiabá. Além disso, compõe nosso quadro de objetivos compreender como os (as) futuros (as) pedagogos (as) entendem a educação ambiental; se conhecem os documentos orientadores que tratam desse campo do conhecimento; e como pretendem trabalhar a EA no processo de formação dos estudantes.

Para investigar como o curso de Pedagogia oferece essa formação para os (as) estudantes, buscamos o Projeto Político Pedagógico que nos mostrou que o único componente curricular que trata a temática é a “Tópicos Especiais em Educação Ambiental”, além disso, essa disciplina é optativa. Pela nossa vivência, consideramos que uma disciplina que discute questões tão relevantes não poderia ser optativa. Além disso, buscamos artigos e livros que tratavam sobre o assunto e vimos a importância de se ter uma disciplina obrigatória que trata, especificamente, da educação ambiental no ensino superior, uma vez que esse campo do saber, necessariamente precisa ser trabalhado de maneira transversal nos espaços escolares, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

A transversalidade segundo os PCN:

[...] são temas voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com afirmação de princípio de participação política. Isso significa que devem ser trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes. (BRASIL, 1997)

Sendo assim, os temas transversais são temas que não estão relacionados a uma só disciplina, mas são temas que perpassam por todas elas. Esses temas compõem os Parâmetros



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Curriculares Nacionais que foram criados a partir do Plano Nacional de Educação em 1999. São eles: Ética, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e consumo, Pluralidade Cultural e Meio Ambiente.

Além desse documento, destacamos que a Política Nacional de Educação Ambiental, instituída em 1999 pela Lei n.º 9.795 (BRASIL, 1999), estabelece que a EA deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua, permanente, de forma transversal e interdisciplinar. Reconhecemos que na Educação Básica essa discussão de uma disciplina de educação ambiental é algo que precisa ser melhor debatido e compreendido, contudo, no ensino superior compreendemos como essencial para que tenhamos práticas educativas críticas e emancipadoras.

Metodologia

O método central da pesquisa é o qualitativo. Segundo Ludke e André (1986) este método apresenta algumas características que o definem, como: vários dados coletados; são descritivos; tem um foco importante no processo; o significado e a perspectiva dos sujeitos recebem especial atenção; e segue um processo mais indutivo.

Para alcançar os objetivos dessa pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas com 11 estudantes, sendo todos (as) do quarto ano do curso de Pedagogia da UFMT. O roteiro de entrevista contou com as seguintes questões:

1. O que você compreende sobre educação ambiental?
2. Conhece algum documento orientador, que aborda o tema Educação Ambiental?
3. Durante a graduação cursou alguma disciplina que tenha desenvolvido temas relacionados à educação ambiental?
4. Em breve estará atuando em sala, de que maneira você pretende desenvolver a Educação Ambiental no processo de formação dos estudantes?
5. Como futuro (a) educador (a) você se sente preparado (a) para desenvolver ações ambientais na instituição de ensino que atuará?

Optamos pela entrevista semiestruturada pela flexibilidade permitida. Elaboramos um roteiro sistematizado, com perguntas abertas que nos permitiram estabelecer um diálogo com os sujeitos da pesquisa. Conforme assinala Minayo (1994) na entrevista semiestruturada não existe necessidade de uma sequência rígida quanto aos assuntos a serem abordados, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Resultados e discussões

Sobre a compreensão do que era a educação ambiental, a maioria dos estudantes se prenderam às ações educativas ambientais. Mas a aluna I.M. nos respondeu que “A Educação ambiental tem como objetivo, sensibilizar, [...] e criar ações para a preservação do meio ambiente. Além disso, através da Educação Ambiental podemos debater sobre a nossa atuação no mundo, começando a reconstruir o significado do ser humano, enquanto um dos elementos da natureza”.

Ao tratar dos documentos orientadores, a maioria disse conhecer documentos orientadores sobre a Educação Ambiental, seja PCN's, diretrizes, documentos internacionais relacionados à ONU, como tratados, a Carta da Terra, porém não sabiam falar sobre os mesmos.

Em relação às disciplinas que abordam sobre a EA, três fizeram a disciplina de optativa e os outros que viram, na disciplina obrigatória Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências, algo relacionado à EA.

Ao questionar se eles se sentiam preparados para atuar, todos disseram sentir alguma insegurança, mas que durante a sua atuação iriam buscar desenvolver nas crianças atitudes sustentáveis, trabalhar a inclusão da criança no meio ambiente, projetos, intervenções e que buscariam meios de superar suas fragilidades através de especializações.

Visto que os Parâmetros Curriculares Nacionais, assim como, as Diretrizes Nacionais para Educação Ambiental orientam a Educação Ambiental como Tema Transversal, nos parece viável a oferta da disciplina de forma obrigatória nos cursos de pedagogia, pois para tratarmos deste assunto de forma transversal devemos ter um conhecimento ampliado do mesmo. De acordo com Batista e Ramos (2011, p. 3):

A Conferência das Nações Unidas, no Rio, em 1992 (agenda 2, capítulo 36) deu um novo impulso à educação ambiental, alargando o seu campo de aplicação ao ambiente físico e social e pondo em causa os métodos pedagógicos tradicionais. A necessidade de formar professores e formadores é uma consequência importante desta evolução, bem como a necessidade de recorrer à formação permanente ao longo da vida.

Após a Conferência das Nações Unidas se teve um grande avanço nas questões ambientais, com este avanço teve que se voltar também a importância de se formar professores capazes de sensibilizar pessoas com as questões ambientais. Apesar de todos esses avanços e da valorização das questões ambientais, já se passaram vinte e quatro anos, e a formação dos professores nas Universidades Federais ainda se encontram em processo de implementação como obrigatoriedade.



Oliveira (2011) apresenta tabelas sobre cursos de pedagogia que oferecem educação ambiental direta ou indiretamente em seu currículo, por exemplo algumas universidades federais do Nordeste e do Rio Grande do Sul ofertam a disciplina obrigatória. O curso que estamos realizando, como dito anteriormente, oferece conceitos sobre a EA em uma disciplina optativa denominada Tópicos Especiais em Educação Ambiental.

Figura 1 – Obrigoriedade da Educação Ambiental no Ensino Superior

Estratégia de Incorporação	Como um tópico										Como foco									
	Obrigatórias					Optativas / Eletivas					Obrigatórias					Optativas / Eletivas				
Tipo de Disciplina																				
Educação Ambiental ou "afins"											13					48				
	NO**	NE	CO	SD	S	NO	ND	CO	SD	S	NO	ND	CO	SD	S	NO	ND	CO	SD	S
											11	1			1	5	14	15	8	6
Relacionadas ao ensino de Ciências e Geografia	65					4					2									
	NO	ND	CO	SD	S	NO	ND	CO	SD	S	NO	ND	CO	SD	S	NO	ND	CO	SD	S
	15	16	10	15	9	4					2									

Legenda: ** NO: Norte; NE: Nordeste; CO: Centro Oeste; SD: Sudeste; S: Sul.

Fonte: Oliveira (2011, p. 107)

Na tabela podemos observar que na maioria das Universidades Federais a disciplinas são ofertadas como optativa. Ainda de acordo com Morales (2010, p. 284):

A universidade, como instituição de investigação e centro de educação técnica e superior, tem papel essencial na reconfiguração de mundo e, portanto, deve assumir a responsabilidade maior no processo de produção e incorporação da dimensão ambiental nos sistemas de educação e formação profissional.

Já que a aprendizagem dos educadores durante o período de graduação é o ponto de partida para uma formação de reconfiguração de um mundo, as Universidades Federais sendo um espaço de Ensino, Pesquisa e Extensão, deveria possibilitar aos graduandos uma produção dos mais diferentes campos do conhecimento, dentre eles a educação ambiental. Contudo, como vimos na tabela, a Educação Ambiental não é tratada como foco e sim relacionada às disciplinas de ciências e geografia.

Dessa maneira, podemos perceber que os (as) estudantes investigados compreendem a EA superficialmente, não conhecem os documentos orientadores, com tendências a uma vertente pouco crítica. Reiteramos, portanto, a importância da disciplina obrigatória.

Conclusão

Diante dos resultados apresentados nessa pesquisa, podemos considerar que o Curso de Pedagogia da UFMT oferece uma formação voltada para a Educação Ambiental. Contudo, essa não



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

é ainda suficiente, pois somente os (as) estudantes que realizaram a disciplina optativa apresentaram segurança para desenvolver práticas pedagógicas sobre o tema pesquisado.

De acordo com as exigências de trabalhar o meio ambiente de forma transversal, concluímos por meio dessa pesquisa que o curso analisado precisa avançar nessa discussão, pois com o fato de a disciplina ser ofertada optativamente, está formando um quadro reduzido de estudantes sobre a área específica. Com essa pesquisa podemos considerar ser necessário um olhar especial à inserção da educação ambiental no ensino superior. Destacamos sua importância e a necessidade de formarmos cidadãos críticos e conscientes e sabemos que a EA é uma importante aliada para que essa transformação aconteça. E para conseguirmos trabalhar a Educação Ambiental numa vertente transformadora e de forma transversal, os (as) profissionais da educação precisam ter uma formação adequada para sustentar sua prática. A partir daí poderemos orientar melhor nossas práticas pedagógicas e futuros estudos na área.

Referências

BATISTA, M. S. S.; RAMOS, M. C. P. **Desafios da educação ambiental no ensino superior: das políticas às práticas no Brasil e em Portugal**. In Políticas Públicas e Gestão da Educação. Cadernos ANPAE, vol. 11, p. 1-13, disponível em www.anpae.org.br/simposio2011, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei n.º 9.795 - Política Nacional de Educação Ambiental, 1999.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental transformadora**. In: LAYRARGUES, P. P. (org.) Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1994.

OLIVEIRA, M. G. **Cursos de Pedagogia em Universidades Federais Brasileiras: políticas públicas e processos de ambientalização curricular**. Dissertação (mestrado em educação). UNESP, Rio Claro, 2011.

SATO, Michèle. Debatendo os desafios da educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande; FURG, v. 1, p. 14-33, 2001. Disponível em: < <http://www.cpd1.ufmt.br/gpea/pub/DesafiosEA.pdf> >. Acesso em: 12 mai. 2016.